

OPINIÃO

EDITORIAL

A guerra fratricida e a podridão do Legislativo

A guerra entre vereadores, com direito a trocas públicas de farpas e até “gabinete do ódio”, de ambos os lados, escancara a podridão que se instalou nos corredores do Legislativo e, paradoxalmente, cumpre ao menos o papel de expor o que antes se escondia.

O problema não é o conflito em si, mas o que ele revela.

O confronto fratricida entre Isaac Antunes (PL) e Lincoln Fernandes (PL) - que até pouco tempo se fartavam na mesma mesa - lançou luz sobre um ambiente marcado por negociatas, práticas questionáveis e pela reiterada sensação de impunidade. O que emerge desse embate não é um desvio isolado, mas um retrato sistêmico. Necessário, mas triste, que nos chafurdemos na lama que os nobres edis de Ribeirão insistem em nos propiciar.

E práticas questionáveis e pela reiterada sensação de impunidade. O que emerge desse embate não é um desvio isolado, mas um retrato sistêmico.

Tão preocupante, entretanto, é o silêncio ensurdecedor dos outros 20 parlamentares que, com o perdão da má palavra, a tudo assistem com “cara de bunda”, como se nada tivessem a ver com o ambiente que ajudaram a construir — ou, no mínimo, a tolerar. A mesma estrutura que hoje atinge um vereador é a que sustenta o funcionamento cotidiano do Legislativo.

Não se trata, portanto, de um embate individual. Trata-se de um padrão. Isaac e Lincoln representam o que acontece de mais po-

bre na Câmara de Ribeirão, mas, em épocas normais, é mantido entre os pares. A mesma mesa posta para Lincoln, de onde ameaçam retirá-lo, também serve aos outros parlamentares que, no mínimo, prevaricam, coniventes com os malfeitos.

A rede de informação dos parlamentares é vasta e abastece continuamente jornalistas, pseudo-jornalistas e “influenciadores” — todos, ao que tudo indica, com seu devido soldo, prontos a difundir as verdades seletivas de quem mais paga. Até a imprensa, que, com raríssimas exceções, parece “bem alimentada” e pouco inclinada a repercutir o caso, termina por reforçar o cheiro podre da falta de transparência e da picaretagem institucionalizada, com roupagem de Poder constituído.

A população de Ribeirão acompanha atônita, ainda sem reação proporcional à gravidade do que se apresenta. As implicações desse cenário ultrapassam o Legislativo e alcançam a própria administração municipal, contaminando a percepção pública sobre o funcionamento das instituições.

As vísceras do Poder instalado à Jerônimo Gonçalves seguem abertas, jorrando podridão. Resta saber se haverá reação institucional — por parte dos órgãos de controle, da própria Câmara ou da sociedade — ou se a cidade seguirá assistindo, inerte, à normalização do inaceitável.

NOVAS IDEIAS

A quem interessa calar um mandato popular?

DUDA HIDALGO*



APRENDI CEDO QUE A DEMOCRACIA NÃO TERMINA NO DIA DA ELEIÇÃO. O VOTO É APENAS O COMEÇO DE UMA RELAÇÃO DE CONFIANÇA ENTRE QUEM REPRESENTA E QUEM É REPRESENTADO. É NO EXERCÍCIO COTIDIANO DO MANDATO, NO DEBATE PÚBLICO E NA DISPUTA DE IDEIAS QUE ESSA RELAÇÃO SE MATERIALIZA.

Por isso, não posso deixar de refletir sobre o que vem acontecendo nos últimos anos em Ribeirão. Com o arquivamento unânime de mais uma denúncia, em 25 de março de 2026, chega a dezesseis o número de tentativas de cassação contra o meu mandato. Dezesseis. Esse número, por si só, já revela muito mais sobre o ambiente político que enfrentamos do que sobre qualquer suposta irregularidade.

Não se trata apenas de divergência política. Divergir é parte essencial da democracia. O problema começa quando instrumentos institucionais legítimos passam a ser utilizados como ferramentas de desgaste permanente contra um mandato eleito. Ao longo desse processo, vimos de tudo. Em 2021, um pedido de cassação chegou a ser apresentado por uma denunciante cuja identidade se revelou fraudulenta. Outras acusações envolvendo o uso de veículo oficial foram arquivadas por falta de provas. O que permaneceu, na prática, foram ataques pessoais, injúrias raciais e tentativas constantes de transformar o debate político em um terreno de hostilidade.

Essa experiência me fez perceber algo que muitas mulheres na política já conhecem bem. A violência política raramente aparece apenas de forma direta. É uma estratégia que busca produzir desgaste permanente até que a própria presença dessas vozes seja colocada em dúvida. Não é coincidência que esse tipo de prática atinja com mais intensidade mandatos de mulheres, de jovens, de pessoas negras ou de representantes da comunidade LGBTQIA+. Em muitos casos, o incômodo não está no que fazemos de errado — mas simplesmente no fato de estarmos ali.

Quando a estrutura institucional passa a ser utilizada para impedir que uma parlamentar exerça plenamente suas funções, o problema deixa de ser individual. O que está em disputa é a própria qualidade da democracia. Vejo, em todo o país, jovens lideranças que chegam à política com novas agendas, novas formas de atuação e novas representações sociais, e que encontram barreiras erguidas para limitar sua atuação. Felizmente, o arquivamento unânime da última denúncia demonstrou que ainda existem limites institucionais que precisam ser respeitados. Prevaleceu o entendimento de que a Câmara não pode se transformar em palco de perseguições políticas.

A política já enfrenta desafios suficientes no Brasil. A desconfiança nas instituições, o avanço da desinformação e a polarização crescente exigem maturidade democrática de todos nós. Transformar instrumentos institucionais em armas de desgaste político apenas contribui para fragilizar ainda mais o ambiente democrático. O voto popular precisa ser respeitado. Não como um privilégio individual, mas como expressão da vontade coletiva. Quando tentativas sucessivas são mobilizadas para interromper ou deslegitimar um mandato eleito, não é apenas uma pessoa que está sendo questionada. É a própria força da democracia que está sendo colocada à prova. E é por isso que sigo fazendo a pergunta que, até agora, ainda não recebeu uma resposta convincente: A quem interessa calar um mandato popular?

*vereadora pelo PT



OPINIÃO DO LEITOR

Lincoln Fernandes e Isaac Antunes são duas facetas da mesma moeda. Representam o mesmo Estado falido e os esquemas de distribuição de cargos e recursos. E o mesmo vale para a prefeitura!

Juarez Tavares, Jardim Olhos d'Água

Jornal Digital

Leia o QRCode e acesse a versão online do Jornal Ribeirão

Pontos de Distribuição

Veja onde você encontra a versão impressa do Jornal Ribeirão:

- Banca Tibiriça - R. Tibiriçá, 600
- Banca do Denis - R. Otavio Golfeto, 326
- Banca Saudade - Av. Saudade S/N
- Banca Paulista - Av. Independência, 1680
- Banca 2000 - Praça Coração De Maria S/N
- Banca Balleiro - R. Gen. Osório, 549 - Calçadão
- Banca Oracilda - Praça Jose Mortari S/N
- Banca Solange - Av. Pres. Vargas, 25 - Esq. Av. R. Nove De Julho
- Banca Camões - Praça Camões S/N
- Banca Oásis - R. Duque de Caxias, 800
- Banca Pinguim - R. Gen. Osório em frente a Choperia Pinguim - Calçadão
- Banca do Valdir - Av. Nove De Julho, 378 - Esq. R. Visconde de Inhaúma
- Banca 13 de Maio - Av. 13 De Maio, 575
- Banca Irajá - R. Dr. Isaac Teodoro de Lima, 588
- Banca Sete de Setembro - Praça
- Banca do Emerson - R. Campos Salles, 431
- Banca Ofício Center - Av Portugal, 1760
- Banca do Amaral - R. Amador Bueno, 395
- Banca da Lucia - Av Dom Pedro S/N
- Banca do Rogério - R. Maria Tereza Braga Cenri, 425
- Banca do Peruano - R. Florêncio De Abreu S/N (Calçada Catedral)
- Banca da Japa - Av. Jerônimo Gonçalves, 493 (Próx Rodoviária)